

18 maio é dia de paralisações e mobilizações

A CUT organiza para 18 de maio, o Dia Nacional de Paralisações e Mobilizações. A atividade representa a retomada da pressão da Central sobre a Câmara dos Deputados, especialmente sobre o seu presidente, o deputado Michel Temer, para que o tema da redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais sem redução de salário seja recolocado na pauta de votação no Congresso Nacional.

Neste dia, trabalhadores/as de todas as regiões do Brasil vão atrasar a entrada de turnos, paralisar parcial ou integralmente as empresas e fazer mobilizações de rua.

Comprovado pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), a redução da jornada trará vários benefícios para classe trabalhadora, sendo o dado mais significativo, a capacidade de gerar mais de 2 milhões de novos postos de trabalho.

Para a secretária da Mulher Trabalhadora da CUT, Rosane Silva, apesar da redução da jornada abranger o conjunto da classe trabalhadora, esta proposição será muito mais significativa para as mulheres. "A maior parcela de trabalhadores inseridos no mercado informal são mulheres. Este mercado é caracterizado muitas vezes pela precarização e com a criação de mais de 2 milhões de empregos, as mulheres terão um grande espaço de conquista de novos de empregos."

Além da capacidade de gerar novos postos de trabalho, a redução da jornada também possibilitará aos trabalhadores/as qualificarem-se educacional e profissionalmente, dando-lhes mais tempo para ficar com a família, para o lazer e para o que mais for possível, consolidando melhoras na qualidade de vida para todos.

Neste debate, segundo relata Rosane, está inserida a luta pela ratificação da Convenção 156, que trata da igualdade de oportunidades e direitos para homens e mulheres. A ratificação da 156 é uma luta histórica da CUT, já que estabelecerá a divisão de responsabilidades familiares e, conseqüentemente, possibilitará às mulheres mais tempo para dedicar-se à qualificação e ao descanso.

"Na luta por uma sociedade mais justa e igualitária, devemos relacionar a defesa de ações como a redução da jornada com medidas que promovam a equidade como a ratificação da 156 e neste sentido, é preciso a elaboração de políticas públicas que garantam a igualdade efetiva de oportunidade e de tratamento", destaca Rosane.

Atualmente a Convenção 156 tramita na Câmara dos Deputados. **Fonte:** William Pedreira

Saldo de 305.068 novos empregos em abril estabelece novo recorde no Brasil

Brasília – O Brasil teve saldo positivo 305.068 novos empregos criados em abril, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho divulgados hoje (17). Esse número representa um recorde para abril na série histórica do Caged, iniciada em 1992. Em março deste ano, o saldo foi de 266.415, também um recorde na série histórica do Caged. O número de pessoas admitidas foi de 1,350 milhão e o número de demitidos foi de 1,244 milhão. Antes, o recorde de abril havia sido alcançado em 2007, quando foram criados 301.991 empregos.

Em abril, o setor que teve o maior número de admitidos foi o de serviços, com 96.583 empregos. Em seguida, aparece a indústria de transformação, com, 83.059 novos empregos, e o comércio, com 40.725 empregos gerados.

Ao anunciar os números do Caged de abril, o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi reavaliou a meta da geração de empregos para este ano, que passou de 2 milhões para 2,5 milhões postos de trabalho, que devem ser criados até o fim do ano.

A explicação do ministro para essa nova meta é que no ano passado houve uma "contenção na contratação", principalmente no setor da indústria de transformação, que está voltando a fazer grandes contratações.

Lupi disse ainda que o mês de maio deverá ter também um saldo positivo, mas será um pouco menor do que em abril. O saldo, prevê o ministro, deverá ficar entre 240 e 280 mil novos empregos.

Ganhos do salário mínimo influenciaram aumento de renda dos mais pobres

O ganho real do salário mínimo, de 2004 até hoje, foi o fator que mais impactou o aumento da renda dos que ganham menos no Brasil, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O mínimo passou a ter aumento real todo ano, a partir de acordo firmado entre as Centrais Sindicais e o governo Lula, instituindo uma política de recuperação permanente do seu poder de compra.

Um estudo demonstrou que as maiores altas de renda ocorreram para os trabalhadores com menos qualificação, como os do setor agrícola e os que trabalham em serviços domésticos. Para os agricultores, o ganho foi de 21,15%, entre 2002 e 2008; para os trabalhadores domésticos, 15,36%, no mesmo período, enquanto a renda média do trabalho no Brasil aumentou 7,59%, de 2002 a 2008.

O estudo usa dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apontam ainda a obtenção de ganhos acima da média nacional para os grupos de trabalhadores considerados desfavorecidos no mercado de trabalho. www.ipea.gov.br

EMPREGO I – De fevereiro para março, o crescimento no nível de emprego na indústria foi de 0,7%, já descontados os efeitos sazonais, terceiro resultado positivo consecutivo. Na comparação com março/09, a expansão do emprego alcançou 2,4%, a maior desde agosto/08 (2,5%), e, no acumulado no ano, atingiu 0,7%. Houve avanço no número de horas pagas em março (1,0%) frente ao mês imediatamente anterior, na série com ajuste sazonal.

EMPREGO II – No confronto com o mesmo mês do ano anterior, a alta chegou a 3,7%, a maior desde fevereiro/08 (4,1%), e acumulou, no ano, 1,8%. A folha de pagamento real dos trabalhadores cresceu 1,2% na passagem de fevereiro para março, já descontada a sazonalidade, o que assinalou o terceiro acréscimo consecutivo no período. Comparada com março/09, a elevação foi de 5,6%, a mais expressiva desde setembro/08 (7,7%), acumulando 3,3% no ano.

Fonte: Comunicação Social do IBGE